

O historiador e sua identidade: a escrita da história pensada a partir da literatura

Márcio Romão*

Resumo: Baseado no livro *As cidades invisíveis*, de Italo Calvino, pretendo refletir sobre a nossa identidade de historiadores a partir de um texto literário. Trata-se, na verdade, de pensar a escrita da história através da literatura. Nesse sentido, quero situar esta análise do ofício do historiador em um lugar limite, um lugar de tensão, pois sabemos que a afirmação da história, enquanto disciplina científica, fundamentou-se em um distanciamento e em uma negação do discurso literário. Sendo assim, podemos interrogar nosso papel e nossa identidade de várias maneiras: O que fazemos ao escrever a história? No que cremos? O que nos autoriza a falar sobre o passado? Quem somos nós? Criadores de ausências, como dizia Michel de Certeau? Inventores de cidades invisíveis, como o Marco Polo, de Italo Calvino? Ou construtores que trabalham incansavelmente na oficina da história?

Abstract: Based in the book *The Invisible Cities*, of Italo Calvino, I intend to reflect on our identity of historians from a literary text. It is treated, in the truth, to think the writing of history through literature. In this direction, I want to point out this analysis of the craft of the historian in a place has limited, a tension place, therefore we know that the affirmation of history, while it disciplines scientific, was based on a negation of the literary speech. Being thus, we can interrogate our paper and our identity in some ways: What we make when writing history? In what we believe? What it authorizes in them to speak on the past? Who are we? Creators of absences, as said Michel de Certeau? Inventors of invisible cities, as Marco Polo, of Italo Calvino? Or constructors who work hardly in the workshop of history?

Palavras-chaves: Italo Calvino – História – Literatura

Keywords: Italo Calvino – History - Literature

Não se sabe se Kublai Khan acredita em tudo o que diz Marco Polo quando este lhe descreve as cidades visitadas em suas missões diplomáticas, mas o imperador dos tártaros certamente continua a ouvir o jovem veneziano com maior curiosidade e atenção do que a qualquer outro de seus enviados ou exploradores.[...] Somente nos relatórios de Marco Polo, Kublai Khan conseguia discernir, através das muralhas e das torres destinadas a desmoronar, a filigrana

* Mestrando em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e bolsista CAPES

de um desenho tão fino a ponto de evitar as mordidas dos cupins. (CALVINO, 1990, p. 09).

Não se sabe se nossos leitores acreditam em tudo o que escrevemos. E isso, certamente, não abala a fé que os historiadores têm pelo seu trabalho, pois não se espera que um leitor busque, nos relatos históricos, a mentira, o falso e o irreal. Ao contrário, o que o público, em geral, espera encontrar em tais relatos são certezas e explicações, que organizem a vida e produzam sentido para o tempo presente. O texto histórico, portanto, caracteriza-se por ser crível e por oferecer e pedir credibilidade.

Apesar disso, não podemos deixar de notar que a escrita da história se baseia em uma dúvida primeira, em uma incerteza e em uma impossibilidade, que consiste em lidar com a falta, com a ausência, com aquilo que já passou e que, portanto, não é mais. Quem definiu bem estes pontos foi Michel de Certeau:

Ao fazermos da ausência uma presença, tentamos dar forma àquilo que já passou. Em outras palavras, tentamos dar forma ao invisível, fazendo com que ele se torne visível através de uma narrativa. Para Hayden White, é neste momento que surge um dos principais problemas do texto histórico: “A narrativa se torna um problema apenas quando nós desejamos dar aos eventos reais a forma de uma história. É porque os eventos reais não se oferecem como histórias que narrá-los é tão difícil”. (WHITE, 1987, p.04). Este é um dos principais problemas com que Marco Polo se depara ao narrar suas viagens para Kublai Khan. Mas como superá-lo? De que forma Marco pode fazer o imperador dos tártaros visualizar as cidades que nunca visitou? Como tornar isso crível? Como convencer o Grande Khan?

[...] o imperador é aquele que é estrangeiro para cada um de seus súditos e somente por meio de olhos e ouvidos estrangeiros o império podia manifestar sua existência para Kublai. Em línguas incompreensíveis para o Khan, os mensageiros referiam notícias ouvidas em línguas que lhes eram incompreensíveis. (CALVINO, 1990, p. 25)

Como já dissemos, Kublai Khan não conhece a totalidade de seu próprio império. Basicamente, isso ocorre porque o Khan não poderia se afastar do centro político de seu império por muito tempo, o que seria necessário se ele quisesse visitá-lo por inteiro. Diante desta impossibilidade, Kublai manda mensageiros percorrerem seu império em expedições

3

exploratórias e, depois, exige dos mesmos relatos sobre as viagens. Sendo assim, ele depende do outro para conhecer..

Mas o que Kublai considerava valioso em todos os fatos e notícias referidos por seu inarticulado informante era o espaço que restava em torno deles, um vazio não preenchido por palavras. As descrições das cidades visitadas por Marco Polo tinham esse dom: era possível percorrê-las com o pensamento, era possível se perder, parar para tomar ar fresco ou ir embora rapidamente. (CALVINO, 1990, p. 41)

A ausência de palavras amplia a capacidade imaginativa. Nesse sentido, impossibilidade gerada pela falta do idioma em comum torna possível, para Kublai, uma viagem mais lúdica pelo seu império. O vazio não ocupado pelas palavras facilita a visualização das formas das cidades invisíveis.

Com o aumento do entendimento entre eles, as mãos passaram a assumir posições estáveis, que correspondiam a movimentos do espírito em seu alternar ou repetir [...]. Kublai Khan percebera que as cidades de Marco Polo eram todas parecidas, como se a passagem de uma para a outra não envolvesse uma viagem mas uma mera troca de elementos. (CALVINO, 1990, p. 42)

Conforme Polo e Kublai iam se conhecendo melhor e se entendendo, o segundo desconfiava mais do primeiro. O excesso de palavras e o domínio da linguagem tornam mais visível e inteligível o que antes dependia menos de entendimento e mais de imaginação e surpresa do novo, do desconhecido. Ver em excesso é ruim. A clarificação das coisas desencanta e para se encantar novamente é necessário investir mais uma vez no invisível, no incerto, no impreciso. Dessa vez, porém, com mais crença.

Como escreve François Hartog, a tradução da diferença, que se dá através da “retórica da alteridade” é fundamental no processo de fazer crer.

A narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constitui o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel. Globalmente, produz, pois, um efeito de crença. Mas, mais precisamente, como engendra esse efeito? Como fazer crer? (HARTOG, 1999, p.273)

Hartog destaca que o principal problema do narrador é o da “tradução”. Para solucioná-lo, o narrador pode recorrer à inversão, “em que a alteridade se transcreve como um antipróprio”. (HARTOG, 1999, p.229) Além da inversão, o narrador/viajante pode se valer da comparação, que “é uma maneira de reunir o mundo que se conta e o mundo em que se conta, passando de um ao outro”. (HARTOG, 1999, p.240)

Por fim, Hartog enfatiza a importância de traduzir, nomear, classificar e descrever. A retórica da alteridade se compõem, assim, de todos estes elementos que apresentamos acima. Explicitada, resumidamente, as bases desta retórica, podemos retornar ao questionamento levantado por Hartog: Como fazer crer? Como superar, por exemplo, a descrença do Grande Khan?

As suas cidades não existem. Talvez nunca tenham existido. Certamente não existirão nunca mais. Por que enganar-se com essas fábulas consolatórias. Sei perfeitamente que meu império apodrece como um cadáver no pântano, que contagia tanto os corvos que o bicam quanto os bambus que crescem adubados por seu corpo em decomposição. Por que você não me fala disso? Por que mentir para o imperador dos tártaros, estrangeiro? (CALVINO, 1990, p. 57)

“Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles”. (CALVINO, 1990, p.59) A advertência de Polo soa um tanto quanto irônica, mas é perfeitamente pertinente e visa, ao mesmo tempo, reforçar e questionar a crença. Polo deseja que Kublai Khan siga acreditando em seus relatos, e, nesse sentido, ele não hesita em enfrentar a descrença de frente, pois, falando dela, o viajante sabe que pratica uma espécie de exorcismo.

KUBLAI: Não sei quando você encontrou tempo de visitar todos os países que me descreve. A minha impressão é que você nunca saiu deste jardim.

POLO: Todas as coisas que vejo e faço ganham sentido num espaço da mente em que reina a mesma calma que existe aqui, a mesma penumbra, o mesmo silêncio percorrido pelo farfalhar das folhas. (CALVINO, 1990, p.95)

Polo poderia ter adotado uma outra posição diante dos questionamentos de Kublai, mas, ao invés disso, ele embarca nas incertezas do imperador e transita por elas sem nenhum embaraço. E, em mais uma advertência, Polo diz o seguinte para Kublai:

— Eu falo, falo — diz Marco —, mas que me ouve retém somente as palavras que deseja. Uma é a descrição do mundo à qual você empresta a sua bondosa atenção, outra é a que correrá os campanários de descarregadores e gondoleiros às margens do canal diante da minha casa no dia do meu retorno, outra ainda a que poderia ditar em idade avançada se fosse aprisionado por piratas genoveses e colocado aos ferros na mesma cela de um escriba de romances de aventuras. Quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido. (CALVINO, 1990, p.123)

Tão importante quanto o modo de narrar, o modo de escutar é fundamental para a produção do “efeito de crença”. “Enfim, o fazer-creer da narrativa levanta a questão do querer-creer — ou ainda, a questão do ouvido do público”. (HARTOG, 1999, p.301) Aquilo que se fala não é mesmo que se escuta. O mesmo vale para o olhar, pois o que se vê não é o mesmo que se conta. No limite, a comunicação entre Polo e Kublai não passa de uma série de corrupções de realidades passadas. A memória do viajante corrompe os sentidos, desloca a realidade, seleciona o que mais lhe convém, e, ao virar um relato e chegar aos ouvidos de Kublai, novamente é modificada, recortada e re-significada. Sendo assim, “o fazer-creer do narrador enxerta-se, com efeito, no querer-creer do público, do mesmo modo que em sua recusa de creer”. (HARTOG, 1999, p.301)

O ouvido retém do discurso aquilo que lhe convém, deixa claro Marco Polo. Isso poderia nos levar a concluir que a questão da crença está encerrada. Já que o ouvido comanda a narrativa, o ouvinte vai creer no que quiser creer. No entanto, não é tão simples assim. É claro que antes de tudo deve haver uma vontade de creer, o *querer-creer*, como estamos trabalhando aqui. Mas querer-creer não é garantia de que a crença é possível. Trata-se apenas de uma condição básica. E Polo, aos poucos, deixa isso claro para Kublai Khan. Apesar de desconfiar mais e mais do viajante veneziano, ao passo que ele vai revelando as regras do jogo da enunciação, Kublai não quer deixar de creer, ainda que suspeite que Marco não passa de um mentiroso, um bom contador de histórias. Mas por que isso ocorre? Por que o Grande Khan quer creer? Por que ele se aproxima de Polo ao invés de se afastar?

Para que entendamos o porquê da crença de Kublai ser mais forte do que a descrença, devemos primeiro nos perguntar o que Marco Polo oferece ao imperador dos tártaros. O que é isso que silenciosamente se esconde por entre as “marcas de enunciação”, permitindo que Polo vá além do “efeito de crença”?

O que Marco Polo oferece a Kublai é uma viagem ao passado, uma viagem a países e terras estrangeiras, que compõem seu império. Ainda assim, a principal dúvida permanece: “Será que os eventos que acreditamos que ocorreram realmente aconteceram? Talvez um passado fictício ocupe nossas memórias, como Borges especula”, escreve Lowenthal. (LOWENTHAL, 1999, p.188)

Dentro da lógica do jogo da enunciação, Marco Polo demonstra domínio de todas as dualidades com que estamos trabalhando: visibilidade e invisibilidade, possibilidade e impossibilidade, crença e descrença. Isso faz dele um exímio inventor / construtor de passados. Em suma, é isso o que ele oferece para Kublai Khan: a possibilidade de construção e reconstrução de um império dos sentidos que supera o império físico, real e repleto de cidades que Kublai jamais conhecerá. “Esta é a sabedoria que Marco Polo demonstra ao grande Khan. A cidade é, na verdade, uma máquina de narrar, de produzir imagens: aí residem os possíveis da narrativa”. (GOMES, 1997, p.180) A oferta de Marco consiste em mostrar que o impossível é tão visível quanto o invisível. É necessário que se vá além do “efeito de crença” para se perceber isso. O império de Kublai não é senão o império de Marco. A crença no outro é a possibilidade do encontro consigo mesmo.

Ainda assim, Kublai reluta em crer, reluta em aceitar a oferta de Polo e, em determinado momento, chega a propor uma inversão dos papéis, como se desafiasse o viajante.

— De agora em diante, começarei a descrever as cidades — dissera Khan. — Nas suas viagens, você verificará se elas existem.

Mas as cidades visitadas por Marco Polo eram sempre diferentes das imaginadas pelo imperador.

— Entretanto, construí na minha mente um modelo de cidade do qual extrair todas as cidades possíveis — disse Kublai. — Ele contém tudo o que vai de acordo com as normas. Uma vez que as cidades que existem se afastam da norma em diferentes graus, basta prever as exceções à regra e calcular as combinações mais prováveis.

— Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras — respondeu Marco. — É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos. Se uma cidade assim é o que há de mais improvável, diminuindo o número de elementos anormais aumenta a possibilidade de que a cidade realmente exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de um certo limite: obteria cidades verossímeis demais para serem verdadeiras. (CALVINO, 1990, p.67)

Polo responde ao desafio de Kublai com uma sutil provocação, suscitando, assim, uma nova questão: até que ponto seria proveitoso desenvolver um modelo explicativo para justificar toda a realidade? Será que ele tornaria mais crível e viável a descrição das cidades visitadas por Polo? Certamente que não. Tal modelo apenas empobreceria a realidade no afã de apreendê-la. Não é interessante, pois, aprisionar o real,

7

fazendo-o refém de um discurso objetivo. Antes, o que interessa é saber que o real também é um discurso. E isso, de modo algum, significa postular que a realidade não existe.

O real, portanto, não está aprisionado em apenas um discurso. Certamente, não é a história que detém o conhecimento fidedigno do real. Sabemos que, na própria disciplina histórica, o real já foi expresso de várias maneiras. Ele também possui sua historicidade, como as verdades e certezas que o cercam. A mudança da realidade, aliás, é uma das poucas certezas que nós, historiadores, possuímos.

Portanto, as cidades que Marco Polo descreve não são as cidades que ele visitou, mas sim representações das mesmas. Logo, reproduzir o império, tal qual ele é, em um modelo explicativo de apreensão do real implicaria na própria impossibilidade de visualizá-lo.

Fica mais claro, agora, de maneira Marco Polo procede para ultrapassar o “efeito de crença”. Um modelo de cidade que reproduzisse todas as cidades afogaria o real em sua própria pretensão de realidade. Nesse sentido, Marco Polo prefere se apoiar no dúbio, na falha e no impreciso, para que a realidade seja possível enquanto um discurso em constante construção. É na fragilidade da certeza que se configuram os possíveis da crença. Por isso, as histórias de Polo vão fascinando, gradualmente, o Grande Khan, convidando-o a ir além, ainda que isto seja penoso e ainda que ele cogite que seu fabuloso império, talvez, situe-se entre as margens da memória de Polo.

As lições de Marco Polo são muitas e nos conduzem a vários questionamentos. O que nós, historiadores, vemos? O que queremos ver? No que cremos? No que queremos crer? O que temos feito da nossa profissão? Da nossa identidade? E enquanto professores, lidando com nossos jovens alunos do Ensino Fundamental e Médio? Que história está sendo ensinada? O que estamos oferecendo ao nosso outro mais imediato, que são os estudantes?

A resposta das questões acima enunciadas não são simples e exigiriam um estudo mais aprofundado na área de educação e ensino de história. Contudo, isso não nos impede de levantar estes pontos e apontar para uma discussão mais ampla que, em nossa opinião, deve ser, senão retomada, ao menos re-significada e revalorizada, pois, apesar dos inúmeros avanços teóricos que tivemos no que diz respeito ao ensino história nas escolas, ainda nos

8

encontramos presos às concepções retrógradas da história como disciplina. Infelizmente, ainda não conseguimos superar a idéia de uma história total, que deve ser ensinada cronologicamente aos alunos sob a lógica da *historia magistra vitae*. Podemos somar a isso uma outra idéia que, implicitamente, permanece presente no ensino de história. Trata-se de achar que os alunos são recipientes vazios que devem ser preenchidos com matéria ou conteúdo. Será que dessa forma não estamos empobrecendo e engessando o ensino de história numa ilusão do conhecimento? Não seria melhor, como o Marco Polo de Italo Calvino, assumirmos nossas fragilidades, a perenidade do próprio conhecimento histórico e oferecer para nossos alunos um ensino mais lúdico, mais possível, mais interessante e, é claro, mais crítico? Aproximar a narrativa histórica da literária, sem negar suas diferenças fundamentais, é uma boa maneira repensar nossa atividade e promover uma construção do conhecimento mais proveitosa para nossos alunos. Trata-se de conceber o texto literário de não como uma mera fonte histórica, onde, supostamente, poderíamos enxergar uma época ou uma sociedade tal qual ela foi, mas sim como possibilidade de romper com a exigüidade do real que tanto nos aprisiona e tanto queremos aprisionar no afã de resgatarmos o passado.

Igual ao viajante veneziano, nós também lidamos com nossas cidades invisíveis e fazemos viagens indefinidas em direção ao passado. E assim como Kublai Khan, que, depois de certo tempo, não sentia mais a necessidade de Polo viajar, bastando apenas que ele ficasse ao seu lado divagando sobre as possíveis cidades de seu império, nós também, ao lermos o que os historiadores escrevem, não precisamos viajar até os arquivos para verificarmos se a verdade está sendo dita. O texto histórico pede, concede e recebe credibilidade. No entanto, somos autênticos criadores de “ausências”, modeladores do invisível e trabalhamos sobre o frágil limite do real. E é a partir desta fragilidade que devemos pensar e sempre repensar nossa atividade e nossa identidade de historiador.

BIBLIOGRAFIA

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

9

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto – Ensaio sobre a representação do outro* .
Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country* – Londres: Cambridge University
Press, 1999.

WHITE, Hayden. *The Content of the form: Narrative Discourse and Historical
Representation* – Baltimore: The Johns Hopkins University press, 1987.